

Quadro Negro



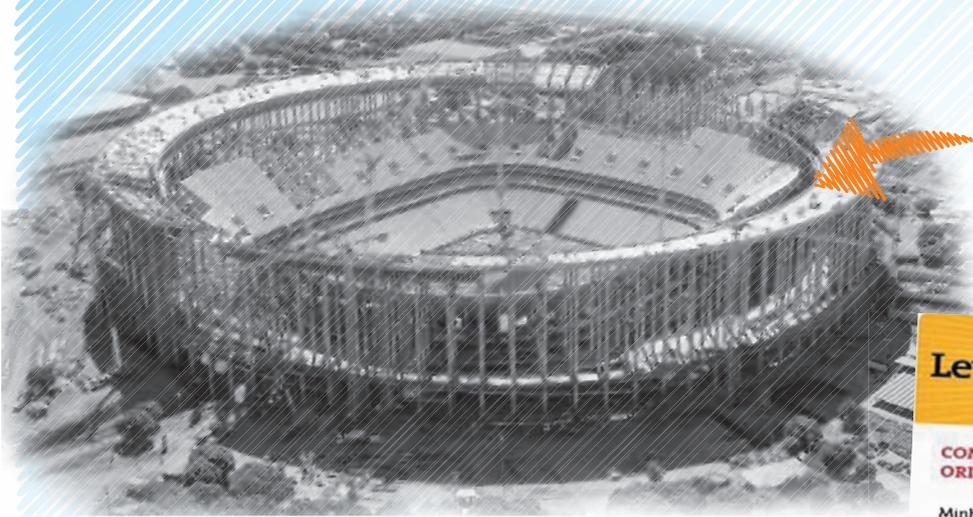
Mala Direta
Postal

9912258974/2010-DR/BSB
SINPRO-DF

...CORREIOS...

Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal - Ano XXXIII - Nº 177 - Novembro/2012

www.sinprodf.org.br



SE TEM DINHEIRO
PARA OBRAS,

Levanta, Brasília! **13** Agnelo
www.souagnelo13.com.br
Dilma13

COMPROMISSO DE AGNELO COM PROFESSORAS, PROFESSORES, ORIENTADORAS E ORIENTADORES EDUCACIONAIS

Minha amiga, meu amigo:

Uma educação de qualidade é o primeiro passo para Brasília garantir desenvolvimento com qualidade de vida. É inadmissível que professoras, professores, orientadoras e orientadores educacionais tenham condições de trabalho precárias, sem materiais pedagógicos, com baixos salários, salas superlotadas e direitos desrespeitados.

Chegou a hora de mudar a educação no DF. Sei que posso contar com você para recuperarmos a rede de ensino, implantarmos creches e escolas técnicas profissionalizantes em todas as cidades, instituímos o ensino integral e criarmos a Universidade Distrital. Por isso, assumo também os seguintes compromissos:

- ★ Garantir a revisão anual da remuneração dos docentes tendo como parâmetro o índice de correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal, buscando que o magistério tenha remuneração equiparada às carreiras de nível superior da Administração Pública local
- ★ Equiparar o Auxílio-Alimentação com o valor pago na área federal (de R\$ 199 para R\$ 304), sem a contrapartida, e dobrar o valor do Auxílio-Creche: de R\$ 95 para R\$ 190
- ★ Implantar o plano de saúde dos servidores e tornar realidade o programa habitacional da categoria
- ★ Garantir o pagamento das pendências financeiras, encaminhar projeto à Câmara Legislativa estabelecendo um cronograma de pagamento para os precatórios, renegociar as dívidas das educadoras e educadores com o BRB
- ★ Promover cursos de capacitação e o acesso da categoria à pós-graduação, mestrado e doutorado
- ★ Garantir a participação de professoras(as) e orientadoras(as) educacionais na discussão e elaboração dos projetos pedagógicos da rede
- ★ Reconhecer a legalidade e a legitimidade do plano de carreira do magistério, garantindo nele a carreira única
- ★ Instituir uma Mesa Permanente de Negociação, com a participação de representantes do sindicato
- ★ Nomear os concursados e realizar novos concursos públicos dentro do número de vagas, enquanto isso garantir o pagamento do piso salarial da carreira para os profissionais contratados temporariamente
- ★ Instituir a gestão democrática no ensino público e reduzir o número de alunos em sala de aula
- ★ Garantir a isonomia de tratamento entre ativos e aposentados e o gozo da Licença-prêmio para toda a categoria
- ★ E assim, com propostas sérias e viáveis, e não com promessas impossíveis de serem cumpridas, que vamos melhorar as condições de vida de educadoras e educadores.

Estes são os meus compromissos.

Em 31 de outubro, conto com o seu voto



Agnelo Queiroz
Agnelo Queiroz

**ESTADO
DE
GREVE**

COM CERTEZA TEM
PARA A EDUCAÇÃO!



Unir forças para vencer o descaso e o desrespeito

Faremos assembleia no dia 12 de dezembro e exigiremos que os deputados distritais destinem recursos do Orçamento da União para que os professores e as professoras possam ver cumpridos os compromissos de campanha do governador Agnelo. Nossa batalha será para acompanhar a votação do orçamento e preparar a luta para o próximo ano, nos juntando a outras categorias rumo a uma campanha unificada.

MOBILIZAÇÃO TOTAL PARA GARANTIR CONQUISTAS

A enrolação e a falta de respeito continuam. Apesar das solicitações do Sinpro, não houve nenhuma reunião com o GDF para dar continuidade ao debate sobre a reestruturação da carreira. Isso denota o descaso do governo Agnelo em relação aos educadores e por isso a resposta que daremos é intensificar a mobilização para exigir que o governador cumpra o que prometeu em campanha: valorizar a categoria e buscar, nos quatros anos de seu governo, corrigir a distorção existente hoje, pois continuamos a ser uma das categorias de nível superior com menor remuneração. E a proposta apresentada no dia 8 de outubro nem de longe atende ao compromisso assumido pelo governador com a categoria.

Esse compromisso jamais poderá ser honrado se Agnelo não fizer uma proposta diferente da apresentada. Ela prevê a incorporação da Tidem a partir de setembro de 2013, mas o reajuste, no caso, representaria pouco mais de 2% ao ano, ou seja, estaríamos totalmente distantes da possibilidade de conquistar a isonomia e, pior, perderíamos poder aquisitivo, já que esse reajuste é menor que a inflação estimada para o período.

Para garantir nossos direitos e reivindicações não há outra fórmula: teremos que demonstrar toda nossa disposição de luta e dizer não à falta de respeito. A diretoria do Sinpro avaliou e a assembleia do dia 30(foto) referendou que o embate prosseguirá na definição do Orçamento de 2013, pois a área financeira já anunciou que não há previsão de reajuste para o funcionalismo para o ano que vem. Se governar é eleger prioridades, parece que esse governo já elegeu a sua: fazer como os governos anteriores e encher a cidade de obras para que as pessoas tenham a ilusão de que se faz algo, quando na verdade os serviços públicos essenciais como Educação, Saúde, Segurança e Transporte, que realmente importam para o cidadão, continuarão em estado de penúria.

CAMPANHA UNIFICADA

Outra proposta que está sendo construída é uma campanha unificada com os outros servidores públicos do DF que reivindicam o cumprimento de acordo. O Fórum dos Servidores Públicos, formado por sindicatos de servidores públicos e pela CUT-DF, está se reunindo e deve definir até o final do ano uma pauta comum de lutas, para preparar a mobilização para o ano que vem. De maneira geral, todas as categorias fazem muitas críticas à forma como o governo Agnelo está conduzindo as negociações com os servidores, descumprindo acordos e se recusando a discutir seria-

mente o atendimento às reivindicações salariais das categorias. Houve um entendimento consensual de que a única forma de quebrar a intransigência do governo é organizar uma mobilização conjunta para fortalecermos nossas lutas.

O orçamento de 2013 começará a ser analisado na primeira quinzena de dezembro e estaremos presentes na Câmara Legislativa (CLDF) para garantir que os recursos destinados à Educação sejam aumentados, em especial aqueles destinados ao pagamento de pessoal. Por isso marcamos nossa próxima assembleia para o dia 12 de dezembro, quarta-feira, no pátio central da Câmara Legislativa, às 14h30. Mas alertamos que a categoria deve ficar atenta, pois como o cronograma de votação ainda não foi definido, podemos convocar a qualquer momento um esforço concentrado na CLDF para convencer os parlamentares a remanejarem recursos para garantir aumento salarial.

Também retomaremos o contato com os parlamentares, a OAB e a UnB, que acompanharam e referendaram o acordo que possibilitou a suspensão da nossa greve e esclarecer sobre o andamento do acertado com o GDF. Faremos materiais específicos para esclarecer a comunidade sobre o descumprimento por parte do governo Agnelo do

compromisso e dos acordos feitos com a categoria.

Tudo o que exigimos é que se honre a palavra e o documento assinado em mesa de negociação. Mais uma vez teremos que nos preparar bastante para enfrentar os desafios e fazer valer os nossos direitos. Por isso precisamos intensificar a mobilização em nossos locais de trabalho, discutir com a comunidade escolar sobre a correção de nossas reivindicações e assim preparar a luta para arrancarmos coletivamente o respeito que merecemos.



ASSEMBLEIA GERAL

12 **Dezembro**
Quarta-feira, às 14h30,
no Pátio da Câmara Legislativa
COM COMPACTAÇÃO DE HORÁRIO

EDUCAÇÃO: VAMOS EXIGIR PRIORIDADE NO ORÇAMENTO

O projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) foi encaminhado à Câmara Legislativa do DF e precisa ser aprovado pelos distritais em dezembro. O GDF estima em R\$ 18,9 bilhões a receita do DF em 2013, valor 12,5% maior que os R\$ 16,8 bilhões deste ano.

A proposta de orçamento para 2013 finalizada pelo governo do Distrito Federal não prevê reajuste para servidores públicos. O GDF informou que pretende continuar contendo gastos de custeio e de pessoal para aumentar os investimentos e que os aumentos salariais dependerão do crescimento da arrecadação. Crescimento esse que ocorreu em 2012 e não se reverteu em aumentos salariais para as categorias.

O GDF estabelece que R\$ 8,69 bilhões devem ser destinados à despesa com pessoal, valor 6,68% maior que o de 2012, mas praticamente o valor do crescimento vegetativo da folha de pagamento. Já o orçamento previsto para investimento terá um crescimento de 57,35%, passando de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 3,5 bilhões!

Além dos R\$ 18,9 bilhões previstos com a receita do DF, o projeto da LOA prevê em R\$ 10,6 bilhões os recursos oriundos do governo federal por meio do Fundo Constitucional do DF. O fundo destina recursos da União para a manutenção da segurança pública e assistência às áreas de saúde e de educação no DF. Outros 2,3 bilhões são originários da receita de estatais distritais.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA DF POR GRUPO

DESPESA	LOA 2012	PLOA 2013	Varição 2013/2012
Despesas Correntes	13.432.106.000	14.229.800.248	5,94%
Pessoal e Encargos Sociais	8.147.255.761	8.691.584.885	6,68%
Juros e Encargos da Dívida	204.980.254	194.746.379	-4,99%
Outras Despesas Correntes	5.079.869.985	5.343.468.984	5,19%
Despesas de Capital	2.968.248.510	3.975.054.193	33,92%
Investimentos	2.227.322.152	3.504.692.978	57,35%
Inversões Financeiras	542.615.911	277.256.778	-48,90%
Amortização de Dívida	198.310.447	193.104.437	-2,63%
Reserva de Contingência	457.411.002	728.183.455	59,20%
Total das Despesas (Orçamentária)	16.857.765.512	18.933.037.896	12,31%

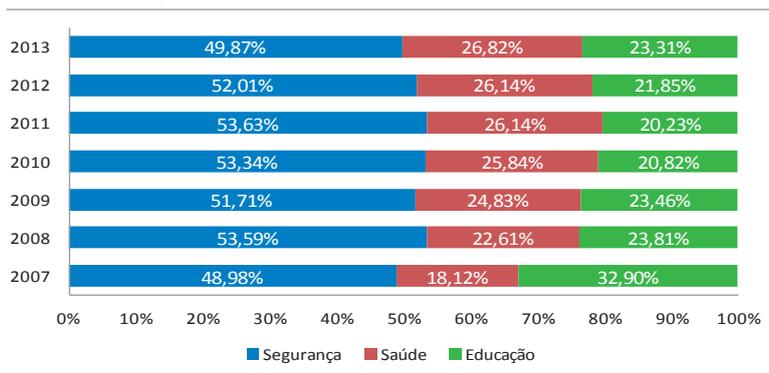
Fonte: LOA 2012 e PLOA 2013
Elaboração: DIEESE

Especificamente sobre a Educação é importante salientar a diminuição na despesa orçamentária da área e a aplicação de apenas o mínimo legal estabelecido por lei em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Como uma peça política, o Orçamento não é uma caixa fechada que não possa ser questionada pelos distritais. Neste fim de ano teremos a tarefa de convencê-los a remanejarem recursos e estabelecerem prioridades que venham ao encontro dos

anseios da população de Brasília! Todos devemos nos engajar nessa luta e cobrar transparência e participação na definição de onde será aplicado o dinheiro dos nossos impostos!

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FCDF POR ÁREA ENTRE 2007 E 2013



CICLO DE DEBATES DISCUTE PLANO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



A prof^ª da UnB Ilma Veiga (esq) e os diretores do Sinpro Júlio Barros e Vanuza Sales durante o Ciclo de Debates Pedagógicos

O Sinpro/DF realizou nesse mês de outubro o Ciclo de Debates Pedagógicos, que marca mais uma etapa da luta das trabalhadoras e dos trabalhadores em busca da construção coletiva do Plano Distrital de Educação. Foram discutidos: o ensino especial, o ensino médio, a coordenação pedagógica, a elaboração do projeto político-pedagógico, a educação física e o financiamento da educação, sempre na perspectiva de construir coletivamente um plano de Estado da Educação do DF.

A professora doutora da Faculdade de Educação da UnB, Ilma Passos Veiga, uma das palestrantes do Ciclo de Debates na mesa sobre Projeto Político Pedagógico, afirmou que é fundamental que professores/as façam essa reflexão de forma coletiva e por isso, eventos como esse realizado pelo Sinpro são muito importantes e profundos. “Além de toda profundidade do tema, há o momento do cafezinho, da prosa e, isso é muito enriquecedor; você faz outras perguntas e socializa sua experiência. Não há saída a não ser o coletivo”, afirmou ela.

Na opinião dela a definição do projeto político-pedagógico tem uma conexão muito forte com a gestão democrática, pois esse debate oportuniza um movimento de participação, com metodologia participativa, problematizadora e dialógica. Ilma acredita que entre as funções desse debate devam constar a discussão em torno das intencionalidades, um posicionamento sobre as dimensões do que é currículo que emancipa, que gera autonomia e dá voz e vez ao aluno, com uma metodologia participativa centrada nele, o aluno. “Na sala de aula quem trabalha é o aluno, o professor organiza esse processo para que o aluno trabalhe, desenvolva o raciocínio, a afetividade, a psicomotricidade, para que a criança ou aluno possa fazer argumentações, avaliar, elaborar, escrever textos e dialogar com os autores que eles têm lido durante o período das aulas”, afirma ela.

RELEVÂNCIA

O Plano Distrital de Educação de tem uma relevância na construção da política pública de Educação e deve ser discutido e concebido pelos profissionais que atuam no âmbito da escola. Ele terá como objetivo quantificar e prever o atendimento das demandas escolares (por região administrativa) e qualificar a ação pedagógica do sistema de ensino e das escolas. Como é um plano decenal deve ser abrangente e com força de lei para, além de nortear a política educacional, materializar a prática pedagógica.

De acordo com Eduardo Ferreira, assessor da Executiva da CNTE e também debatedor do Ciclo, o Plano Distrital precisa dispor de referenciais para a qualidade social da educação, sob os aspectos do financiamento (Rubrica, CAQ e Controle Social); da base curricular emancipatória e democrática (inclusive para se proceder a avaliação), da valorização dos profissionais da educação (formação, salário, carreira, condições de trabalho) e a participação da comunidade nas decisões do sistema e das escolas (efetivação da gestão democrática).

Portanto, estamos diante de mais um desafio: a construção coletiva do Plano de Estado de Educação do DF. A Constituição de 1988 estabeleceu os parâmetros federais para a construção desses planos nos estados e o Distrito Federal é uma das Unidades da Federação que está atrasada nesse quesito.

Para a Diretora Vanuza Sales, da Secretaria de Políticas Educacionais do Sinpro, estamos na condução de um projeto arrojado: “a construção coletiva do Plano Distrital de Educação é um processo de concretização de uma política de estado de educação onde não mais seremos reféns de projetos de governo, materializando na lei o que já fazemos nas escolas. Portanto, discutir com os envolvidos, inclusive com a sociedade, faz parte dessa proposta democrática de um documento estratégico que estabelecerá que política de educação queremos para o Distrito Federal”, afirmou.

CÂMARA FEDERAL VIRA AS COSTAS PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 6 de novembro o texto-base do Senado Federal do Projeto de Lei nº 2565/2011, que muda a distribuição dos **royalties** do petróleo. Com isso, o texto segue agora para a sanção da presidenta Dilma Rousseff.

O projeto do Senado Federal, de autoria de Vital do Rêgo (PMDB-PB), não vincula à educação a totalidade da receita com **royalties** da União, Estados e Municípios.

“O País sai derrotado”, avalia Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. “O repasse das receitas dos **royalties** era uma das alternativas mais promissoras, porém não a única, para a destinação de 10% do PIB para a educação pública”, afirma, referindo-se à meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado na Câmara dos Deputados em junho deste ano. O percentual é quase o dobro do que é aplicado atualmente em educação no País.

Reviravolta inesperada - Surpreendentemente, o texto substitutivo do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), sequer foi analisado pelo plenário da Câmara dos Deputados. A aprovação apertada de um requerimento apresentado pelo partido Democratas, vitorioso com 220 votos favoráveis versus 211 contrários, desconsiderou o texto do relator em favor da proposta oriunda do Senado Federal.

Para Daniel Cara, “devido a problemas de articulação política e a pressão paroquial de alguns prefeitos, a Câmara dos Deputados optou por desconsiderar todo seu trabalho diante da matéria”.

Assim, por apenas 9 votos, ao abandonar o texto do deputado Carlos Zarattini, a opção majoritária do plenário da Câmara dos Deputados acabou sendo pela não destinação de todas as receitas com **royalties** do petróleo para a educação.

Equívoco - Segundo o coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, a deliberação do último dia 6 de novembro foi gravemente equivocada. Segundo Cara, muitos parlamentares disseram que não sabiam que votando contra o texto do relator Carlos Zarattini derrubavam a destinação de toda a receita com **royalties** para a educação. “Não havia qualquer emenda que solicitava a destinação de 100% da receita dos **royalties** para a educação. Todos sabiam que não havia. Parlamentar, por obrigação, não pode errar interpretação de encaminhamento”, afirmou.

Segundo o coordenador geral da Campanha, o texto do Senado Federal apresenta graves lacunas técnicas mas, principalmente, por não vincular os recursos para a educação, permitirá o desperdício dos bônus advindos da exploração do petróleo, uma riqueza não renovável, em obras desnecessárias, pagamento de dívidas e no agigantamento da máquina pública. “No Estado do Rio de Janeiro, há casos de municípios que fazem uso irresponsável das receitas com **royalties**”, conclui.

Próximos passos: duas alternativas – Considerando o compromisso público da presidenta Dilma Rousseff e do ministro da Educação, Aloizio Mercadante, em destinar 100% dos **royalties** do petróleo para as políticas educacionais, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, da qual faz parte a CNTE, pretende escolher uma entre duas alternativas de ação.

A primeira é pressionar pelo veto global da presidenta Dilma Rousseff ao PL nº 2565/11, resultando na edição de uma Medida Provisória (MP) global que defina as regras para a distribuição dos **royalties** e a destinação dos recursos. A segunda é solicitar a edição de uma MP específica, que operacionalize a vinculação das receitas da União, dos Estados e Municípios com **royalties** à educação.



Plenário da Câmara durante votação que derrubou a distribuição dos **royalties** do petróleo para a educação

RE(VI)VENDO ÊXODOS: PROJETO DE EXCELÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA



Caminhada neste ano percorreu 300 quilômetros em 14 dias

No dia 22 de outubro, depois de 14 dias de muitas experiências, alegrias, cansaço, dores e aprendizagem, 80 estudantes, 12 monitores universitários, militares do Exército Brasileiro, professoras(es) e técnicos que participaram da CAMINHADA 2012 do Projeto Re(vi)vido Êxodos chegaram ao final da jornada e fizeram sua última parada no Catetinho. No dia 23 saíram do Catetinho, fizeram o último trecho a pé de 18 km e chegaram ao Centro de Ensino Médio Setor Leste.

A experiência faz parte de uma proposta, que, como bem definiu seu idealizador, o professor de História do CEM Setor Leste, Luis Guilherme, é um clássico exemplo de defesa da escola pública de qualidade. O projeto Re(vi)vido Êxodos começou em 2001, por iniciativa da equipe de ciências humanas do Setor Leste. A partir da visita à exposição “Êxodos”, de Sebastião Salgado, os/as alunos/as foram motivados a buscar no espaço do Distrito Federal as mesmas situações registradas pelo fotógrafo: a migração, a luta pela terra, o trabalho infantil, sem tetos etc.

A cada ano diversos temas são escolhidos para que os/as alunos/as realizem pesquisas bibliográficas e de campo. Em 2008, por exemplo, quando se comemorou o centenário de nascimento de Guimarães Rosa, foi pesquisado o universo que aparece nos livros de Guimarães Rosa e a Caminhada percorreu municípios do Vale do Uruçuia em Minas Gerais, onde se localiza o Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

Hoje, o projeto conta com a participação,

além do Setor Leste, do CEF 104 Norte, do CEF Nova Betânia e do Centro Educacional do Lago Sul e, a intenção é incentivar mais escolas a participar. O projeto possui três áreas de atuação: Identidade (cidadania, ética, comportamento, relações etc); patrimônio (material e imaterial, construções sociais e culturais, etc) e meio ambiente (cerrado, fauna, flora, preservação, tecnologias e ciências etc). Pela sua própria gênese o projeto é realizado de forma coletiva, com a participação de professores das quatro escolas no planejamento das ações, e ainda conta com o apoio de ex-alunos/as, que hoje estão na UnB e em outras faculdades, que trabalham como monitores fazendo uma ponte com as novas gerações.

“Damos ao aluno a possibilidade de superar suas limitações e conhecer outras experiências de vida, conhecer pessoas e realidades bem diferentes da sua” salienta Luis Guilherme. Com ele concorda alunos e alunas, que falam de maneira entusiasmada do que significou para eles a caminhada. “Aprendemos a valorizar coisas simples, como um copo de água fresca; conhecemos lugares e pessoas incríveis e aprendemos a não desistir diante das dificuldades”, salienta o estudante Gabriel Fernando.

“Foram dias de muitas conquistas e grandes superações”, avalia a aluna Sara

Cardoso. O estudante Wellington Fontenelle afirma que eles aprendem a sair do “mundo” deles e a se tornarem mais humanos e respeitosos. O monitor e ex-aluno do Setor Leste, Rafael Nascimento Gomes destaca a mudança em sua vida após o projeto: “Graças ao meu engajamento no projeto pude participar do Fórum Juvenil do Patrimônio Mundial e acabei fazendo um intercâmbio de seis meses no Uruguai, estudando espanhol. Este é um projeto de vida”, ressalta o estudante da UnB.

Para aprofundar o conhecimento sobre as pesquisas desenvolvidas ao longo do ano, a coordenação do Projeto Re(vi)vido Êxodos convida toda a comunidade para a 11ª Exposição Fotográfica, com curadoria de Mila Petrillo, e Mostra de Resultados (vídeos, textos, cartazes etc), no Espaço Cultural Renato Russo da 508 Sul, na primeira semana de dezembro, com entrada franca.



Professoras/es e estudantes durante caminhada



OBRAS NA CHÁCARA DO PROFESSOR ESTÃO A PLENO VAPOR

Até meados de 2013, professoras/es e alunas/os das escolas públicas do DF poderão desfrutar de novos espaços criados na Chácara do Professor(fotos). As obras programadas estão a pleno vapor e tanto os espaços de lazer quanto a área destinada ao Centro de Referência em Educação Socioambiental do Sinpro já começam a tomar forma. “O mais importante é que tudo tem sido feito no sentido de tornar a Chácara ambientalmente correta”, explicou a professora aposentada Alda Ilza de Lima, uma das idealizadoras desta proposta que vem acompanhando de perto o andamento das obras como consultora do Sinpro.

Quatro espaços estão sendo construídos simultaneamente para formar o futuro Centro de Referência. São cerca de mil metros quadrados de área construída de forma ecologicamente correta, aproveitando-se toda a riqueza da natureza local. As técnicas de construção foram escolhidas em função da comodidade em termos térmicos, conforme explicou a professora Alda. “O projeto também privilegia a iluminação e a ventilação naturais”, disse a consultora.

A técnica utilizada para a construção do salão multiuso é a do “superadobe”, que consiste na substituição do tradicional tijolo por sacos de rafia cheios de terra retirada do próprio local. “Esses sacos funcionam como tijolos gigantes sobrepostos uns sobre os outros”, informou a professora Alda. São utilizados arames farpados entre os sacos para dar reforço na construção. A técnica do “superadobe” resgata a tradição da cultura orgânica natural.

As paredes do conjunto principal – onde ficarão biblioteca, refeitório, cozinha, recepção e um salão para eventos maiores – estão sendo levantadas com a técnica de taipa pilada, que lembra os adobes anti-

gos, uma espécie de tijolo artesanal. Essa, segundo a professora Alda, é uma técnica antiga que foi utilizada na construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, principal igreja da cidade de Pirenópolis-GO.

Uma oca idealizada para a realização de atividades mais próximas ao ambiente natural também já começa a tomar forma. Sua estrutura aproveita a madeira dos eucaliptos que existiam na chácara e que estão sendo substituídos por plantas nativas do cerrado. A quarta e última construção em andamento são os sanitários compostáveis que dispensam a utilização de água. O local está sendo preparado de forma que seus resíduos se transformem em adubo. Essa obra também utiliza a técnica do “superadobe”.

Para uma combinação entre lazer e conhecimento, foi aberta uma pequena trilha no bosque dos eucaliptos. As espécies nativas que formam o sub-bosque, ao redor desse caminho, estão sendo identificadas para tornar o passeio mais atraente e instrutivo. Outras trilhas estão programadas para serem abertas até o meio do ano que vem.

A área da antiga bica d’água passou por uma transformação, ganhando duas espécies de bacias ou tanques de água corrente, criando oportunidade de lazer para um maior número de pessoas. “O sucesso do empreendimento fez com que sentíssemos necessidade de aumentar mais duas bacias”, explicou a professora Alda. Hoje, segundo ela, o local já conta com quatro tanques alimentados por águas das nascentes, que caem em forma de cascata e voltam para a natureza.

Dando continuidade à recuperação de áreas degradadas e de nascentes, neste início do período das chuvas foram plantados 10.000m² de sistema agroflorestal, método que combina o plantio de espécies diferentes. Aproximadamente 30 espécies, entre frutíferas e nativas do cerrado, foram plantadas ao mesmo tempo, utilizando-se o sistema multicultivo que proporciona um menor gasto de água, luz e adubo. Por exemplo, uma planta que cresce mais rápido oferece sombra para a que precisa de um clima mais ameno, da mesma forma, o que é resíduo de uma é aproveitado pela outra. Para se ter uma ideia, graças a utilização desse sistema no plantio de 2010, no período de seca deste ano foi possível aguar a plantação apenas uma vez por semana.

Os/as diretores/as do Sinpro estão acompanhando semanalmente todas as etapas da construção. Contamos com a compreensão de todos nesse período de obras. Esperamos que as obras avancem de acordo com a previsão inicial e que o novo Centro de Referência Ambiental se torne um espaço modelo para toda categoria e para os alunos da rede pública. Tão logo a Chácara esteja em condições de agendar visitas de escolas, divulgaremos!



REFORMA POLÍTICA: COMO ISSO AFETA NOSSA VIDA



Um auditório lotado e atento acompanhou no dia 6 de novembro o debate do Projeto Outras Pautas, que desta vez discutiu a Reforma Política. Os convidados foram o jornalista Beto Almeida e o filósofo e professor José Antônio Moroni. “Muitos pensam que a reforma política se resume na reforma eleitoral, mas nós precisamos entender que é preciso reformar a forma como se exerce o poder no país, em nome de quem se exerce esse poder e definir quem tem o poder de exercer o poder”, afirmou Moroni no início do debate, que foi transmitido ao vivo pela TV Cidade Livre e pelo site do Sinpro.

Moroni, que é membro da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, lembrou que a Constituição de 88 definiu três formas de exercício da democracia direta: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Mas a regulamentação da Lei Maior limitou as duas primeiras formas, que só podem ser exercidas se forem aprovadas pelo parlamento e, na prática, a grande burocracia para aceitação de projetos de iniciativa popular, que precisa de 1,5 milhão de assinaturas para ser apresentado, acaba dificultando o processo.

A proposta de reforma da Plataforma, que está em processo de coleta de assinaturas para virar projeto na Câmara, prevê o fortalecimento da democracia direta, simplificando esse processo e estabelecendo alguns temas que devem ser objeto de deliberação de toda a população e não apenas de seus repre-

sentantes no Parlamento. Moroni salientou que também é importante discutir o Poder Judiciário na reforma, pois esse é um poder intocável e é preciso democratizá-lo.

Ele concorda com o jornalista Beto Almeida que a influência do poder econômico e o controle dos meios de comunicação de massa por um grupo de oito famílias são complicadores para o exercício da democracia, já que se difunde um pensamento dos banqueiros e grandes empresários como se fosse a opinião de toda a sociedade, a quem é sonegada as informações que poderiam levar cada cidadão a tomar sua posição sem manipulação.

Ao final do debate, eles responderam a uma série de perguntas dos alunos/as e professores/as esclarecendo temas como o financiamento público de campanha, a divisão do congresso em duas câmaras (Senado e Câmara dos Deputados), o controle social dos mandatos eletivos. “Muitos torcem o nariz para esse assunto, acreditando que política é só para os políticos, mas a gente faz política o tempo todo e pelo interesse demonstrado pelo público nesse debate mostra que há carência dessa discussão”, afirmou Rosilene Correa, diretora do Sinpro que coordenou esta segunda edição dos “Outras Pautas”.

A Plataforma tem um site www.reformapolitica.org.br e preparou uma série de materiais para subsidiar a discussão, entre cartilhas, vídeos, pesquisas e entrevistas.



A diretora Rosilene Correa (esq), o filósofo e professor José Antônio Moroni (centro) e o jornalista Beto Almeida (dir)

O Quadro Negro entrevistou o professor José Antônio Moroni sobre a mobilização pela reforma política. Confira:

QN - Faça por favor um breve histórico de como surgiu a Plataforma.

MORONI - Em julho de 2004 um conjunto de organizações e movimentos organizaram na cidade de São Paulo o seminário “Os sentidos da democracia e da participação” com objetivo de avaliar, após 16 anos da Constituição de 1988, todo o processo de construção dos instrumentos institucionais de participação, principalmente, conselhos e conferências. Posteriormente, um conjunto de organizações e movimentos sociais organizaram, em 2005, na cidade de Recife, o seminário nacional “Novas estratégias para ampliar a democracia e a

participação”, reunindo mais de 60 participantes, representando 21 estados, de diversas organizações/ redes/fóruns/movimentos e articulações.

O seminário retoma a agenda construída no Seminário de São Paulo e foi estruturado com base em três eixos de debate: os sentidos da participação, da democracia e do desenvolvimento; a avaliação crítica dos instrumentos e



José Moroni foi um dos convidados do Outras Pautas



mecanismos de participação e de controle social; a formulação de novas estratégias para ampliar a democracia e a participação.

QN - O que orientou a construção dessas novas estratégias?

MORONI - Foram basicamente algumas questões: como criar mecanismos de participação e controle social na política econômica, integrando-a com as outras políticas? Como pautar o debate da participação e do controle social no processo de discussão da reforma política? Como romper a fragmentação da atual “arquitetura da participação”, respeitando as nossas identidades? Como assegurar que os canais de participação dialoguem com o conjunto da sociedade? Pensar o papel e estratégias em relação à mídia. Como desenvolver novas formas de participação e do controle social sobre o Legislativo e o Judiciário? Como fazer com que o Legislativo, o Ministério Público (MP) e o Judiciário cumpram o seu papel de fortalecimento da participação e do controle social? Como incorporar o debate da democratização da informação e da comunicação?

Após amplo debate, as organizações decidiram que a Reforma Política seria o tema escolhido para concentrarmos nossas ações nos próximos 10 anos. Neste momento é formulado o conceito de reforma do sistema político para se contrapor ao da reforma política entendida unicamente como reforma do sistema eleitoral. A reforma do sistema político inclui não apenas a reforma do sistema eleitoral, portanto, da democracia representativa, mas, principalmente “reforma” dos processos decisórios, portanto do poder, da forma de seu exercício, de quem exerce e dos mecanismos de controle. Portanto, é um debate muito mais amplo que o da reforma do sistema eleitoral e da representação.

QN - Qual a importância de uma categoria como a dos professores se engajar nessa discussão? O senhor acredita que a categoria possa ter um papel de multiplicadora do debate?

MORONI - Para nós da plataforma, é de fundamental importância o envolvimento dos profissionais da educação, não só pela sua capilaridade e poder de diálogo com a juventude, mas principalmente, pelo senso crítico. Precisamos ter vários olhares sobre este tema, precisamos produzir mais olhares críticos sobre a nossa política. Penso ser importante também a categoria atuar como multiplicadora do debate tanto com os alunos quanto na comunidade escolar.

QN - Quais são os principais pontos da reforma defendida pela Plataforma?

MORONI - Dos 5 eixos da plataforma nós selecionamos 2 e elaboramos a Iniciativa Popular da Reforma Política e estamos na fase da coleta de assinaturas. Os dois eixos são: democracia direta e democracia representativa. Na democracia direta defendemos que os

instrumentos de democracia direta definidos na Constituição (referendo, plebiscito e iniciativa popular) sejam realmente instrumentos que estejam nas mãos do povo e não do parlamento, como é hoje. O povo precisa também ter o poder de convocar plebiscitos e referendos. Hoje só o parlamento pode. Precisamos também dar um limite no poder da representação, isso é, o voto precisa deixar de ser uma procuração que assinamos em branco. Precisamos definir que questões necessariamente precisam ter consulta popular.

Precisamos proibir o financiamento privado das eleições, empresas não podem financiar a política e mudar a forma como são eleitos os parlamentares. Hoje temos uma lista oculta que as elites partidárias definem. Precisamos ter listas pré-ordenadas definidas pelo conjunto dos filiados dos partidos e não pelos suas cúpulas. Esta lista precisa ter critérios de inclusão de segmentos sub-representados nos espaços de poder, tais como: mulheres, população negra e indígena, homoafetiva, juventude etc. Precisamos também criar mecanismos de participação da sociedade na normatização e na fiscalização de prestação de contas dos processos eleitorais. Estes são os primeiros passos para uma reforma política que vá além da questão eleitoral.

QN - Como cada cidadão pode participar? Como tornar o tema mais “atrativo”, ou melhor, como fazer as pessoas perceberem que a reforma política tem íntima ligação com a melhoria da sociedade como um todo?

MORONI - Este é um grande desafio. Hoje, além do descrédito da política e da vida pública, existe uma crença da impossibilidade de projeto coletivo (isso que é a política) jogando tudo para o individual. Primeiro precisamos dizer para as pessoas que mesmo que elas não participem, alguém está decidindo sobre a vida delas. A iniciativa popular, que é a coleta de assinaturas para as nossas propostas e depois dar entrada no parlamento, é uma forma de dizer para as pessoas que elas têm o direito e precisam participar. Para isso produzimos materiais, cartilhas, programas de rádio, vídeos, etc, que se acessa pelo site www.reformapolitica.org.br

QN - Quais os próximos passos dessa luta?

MORONI - A nossa estratégia principal para o próximo período é coletar mais de 1.500.000 assinaturas para a iniciativa popular. Enquanto isso aprofundamos os demais eixos da plataforma. O mais importante para nós é o debate público que se estabelece e que as pessoas participem ativamente. Precisamos resgatar o sentido da política como um processo coletivo de disputar os rumos da sociedade. Isso só se faz com mobilização, formação e engajamento das pessoas.



Auditério acompanha atentamente o debate sobre reforma política

MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA: SUPERAR AS DESIGUALDADES E ERRADICAR O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO

Para marcar o Dia da Consciência Negra (20 de novembro), a CUT realizará durante o mês de novembro diversas atividades por todo o Brasil. São atos, manifestações, eventos culturais que vão celebrar os avanços conquistados e cobrar mais empenho das três esferas governamentais na promoção de políticas afirmativas que visem superar as desigualdades social e racial bem como erradicar o preconceito e a discriminação no Brasil.

Iniciando simbolicamente as atividades, no dia 6 a CUT Nacional promoveu em São Paulo o ato pela igualdade racial, no trabalho e na vida. Foram convidados o deputado federal Vicentinho, a deputada federal Janete Pietá e o senador Paulo Paim, além de representantes da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Fundação Cultural Palmares.

Além de mesa temática, foi exibido o filme de curta-metragem "Vista Minha Pele" do cineasta Joel Zito Araújo, conhecido por suas produções sobre a temática racial.

"Esta será uma atividade importante no sentido de firmar a data e estimular as secretarias estaduais a promoverem ações nos seus estados, denunciando o racismo, a discriminação e evidenciando nossas propostas para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, onde todos os cidadãos tenham os mesmos direitos e oportunidades", descreve Maria Júlia Nogueira, secretária Nacional de Combate ao Racismo da CUT.

"Temos sim de celebrar o que já foi conquistado com o entendimento de que há muito por se fazer, uma batalha cotidiana

a ser desenvolvida. Lutar para que o racismo seja considerado como um crime inafiançável de forma efetiva, o que perpassa pela mudança de compreensão da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, instituída pela Constituição Federal", complementa ela.

EDUCAÇÃO PARA AVANÇAR

De acordo com a secretária de Combate ao Racismo da CUT, o acesso à educação é um dos pilares indutores de transformação social e de superação das desigualdades no País.

Regulamentada em outubro deste ano, a Lei de Cotas vem para ampliar ainda mais o acesso à educação superior no país. Universidades e institutos federais deverão reservar 50% das vagas para estudantes que frequentaram todo o ensino médio em escolas públicas. Desta porcentagem, metade será destinada aos estudantes negros, pardos ou indígenas e a outra metade aos estudantes que cursaram integralmente o segundo grau em escolas públicas cuja renda da família é de até um salário mínimo e meio.

AÇÕES AFIRMATIVAS

Na última década, algumas políticas afirmativas implementadas em diferentes níveis de governo têm sido indutoras de importantes mudanças sociais. Mas a melhora das condições é fruto não só das ações públicas, mas resultado direto da organização do movimento negro e sindical e do crescimento da consciência racial da nossa sociedade.

De acordo com Júlia, destacam-se a publicação da Lei nº 10.639, que inclui o ensino da história do continente Africano e dos negros do Brasil nos currículos escolares, o lançamento do projeto piloto "Juventude Viva" que visa reduzir o elevado índice de homicídios que atingem os jovens negros em todo o país e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010.

AGENDE SUA ESCOLA PARA O CICLO DE DEBATES RACIAIS

Durante todo o mês de novembro o Sinpro está disponibilizando o Ciclo de Debates, para discussão com professores e especialistas sobre a temática racial. Quem estiver interessado em um evento em sua escola, basta ligar e agendar pelo telefone 3343-4206, com Ana Lúcia. Os debates tanto podem ser dirigidos aos/as professores/as quanto aos/as alunos/as.

CATEGORIA EXIGE MAIS CRITÉRIO NA ACEITAÇÃO DE CERTIFICADOS



O Sinpro recebeu de um grupo de professores(as) de várias regionais de ensino uma carta em que denuncia irregularidade na aquisição de títulos de pós-graduação. Segundo a denúncia, algumas instituições de ensino comparecem às escolas públicas oferecendo certificados de pós-graduação e qualificação profissional, o que dá vantagem a professores e professoras que adquirem estes certificados no momento da distribuição das turmas.

O Sinpro repudia esta atitude e vai cobrar da Secretaria de Educação mais critério na aceitação dos certificados para pontuação dos/as professores/as e que o número de certificados por semestre não seja superior ao permitido pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE), que é de um por semestre.

A denúncia ainda revela que várias instituições de ensino oferecem mais de seis cursos por semestre, totalizando até 1.040 pontos. "É preciso uma investigação dos cursos apresentados, sua validade documental, a presença dos/as alunos/as na modalidade oferecida, certificação do credenciamento das instituições que oferecem tais cursos, bem como a quantidade dos

cursos apresentados, haja vista que a EAPE nos permite frequentar apenas dois por semestre", ressalta uma professora do Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga. Há inclusive denúncias de que algumas instituições ficam nas portas das escolas no período de distribuição de turmas oferecendo certificados, o que é inaceitável.

Para a diretora do Sinpro Maria Augusta Ribeiro, a questão deve ser investigada já que o tempo de efetivo exercício é um dos critérios que estabelecem a prioridade do/a professor/a na escolha de turma. "É preciso rever o que faz com que alguns professores com menos tempo de exercício possam ser classificados em ordem primária, deixando que outros com maior tempo de efetivo exercício sejam os últimos a escolherem turmas. O Sinpro não vai admitir que este esquema fraudulento prejudique professoras e professores que atuam com seriedade, nem que a fraude de títulos comprados levem a uma somatória irreal de pontos para alguns dos participantes no processo de escolha de turmas", sinaliza a diretora Augusta.

CRÔNICAS DA EDUCAÇÃO

O professor Nonato Menezes lançou o livro **Crônicas da Educação**, obra inspirada nos 23 anos de experiência em sala de aula. Nas crônicas o professor aborda temas que vão desde a reprovação escolar ao ensino da língua portuguesa, com textos que contribuem para uma reflexão sobre a educação pública. O livro está à venda na Papelaria Risk (Centro de Ceilândia) ou com o próprio professor pelo telefone 8174-2954.

RETALHOS DE MEU TEMPO

A reflexão sobre a vida humana inspirou a professora Vera Lúcia Cozac a escrever o livro **Retalhos de Meu Tempo**. A autora também aborda os relacionamentos entre pessoas, a solidão, a valorização da vida animal, as transformações internas e sociais, e a postura ecológica diante a natureza e dos seres vivos.





CAMPANHA "CRECHE PÚBLICA: O FUTURO COMEÇA AQUI!"

A creche pública gratuita integral e de qualidade é uma luta histórica das mulheres brasileiras, que cobram do Estado o cumprimento desse direito constitucional.

É fundamental que os governos garantam uma educação pública de qualidade desde o nascimento das crianças até a idade adulta.

Temos que nos mobilizar para garantir que os governos cumpram suas metas de construir creches no Brasil e no Distrito Federal.

O governo local até hoje não construiu nenhuma creche pública, pelo contrário, vem se utilizando da verba específica de construção de creches públicas para repassar a conveniadas e creches particulares, o que reforça seu descaso com a educação pública.

A carência de creches no DF ocasiona um grave problema para milhares de famílias e reforça uma situação que há muito lutamos para superar: crianças em idade de creches sob os cuidados exclusivamente das creches conveniadas, de mães crecheiras particulares, das avós, das tias e de outras crianças um pouquinho maiores, um verdadeiro "arranjo social".

Lutamos por CRECHE PÚBLICA JÁ para garantir às crianças o direito à educação pública desde a infância; pela autonomia e emancipação

da mulher trabalhadora; para contratação através de concursos públicos de mais educadoras, educadores e outras/os profissionais da área e porque entendemos que assumir a maternidade deve ser uma responsabilidade social, não apenas das mulheres, mas dos homens, dos governos e de toda sociedade.

No dia 11 de outubro, véspera do Dia Nacional de Luta por Creche Pública, o Sinpro-DF organizou um ato lúdico e político no Itapoã, para alertar a comunidade local sobre seus direitos, os recursos existentes e a falta de vontade do governo em implementar a política que defendemos.

Esse foi o primeiro passo da campanha "Creche Pública: o futuro começa aqui!". A diretoria colegiada do Sinpro compreende que esta deve ser uma campanha permanente e conta com sua participação para nos organizarmos na luta pelos direitos das crianças e da mulher trabalhadora.

A partir do site, você poderá imprimir o abaixo assinado da campanha e fazer essa luta em sua escola. Envie também sugestões para o e-mail: crechepublicaja@sinprodf.org.br ou ligue para o telefone 3343-4206. Participe! Nossa luta precisa da sua colaboração!



Ato lúdico e político no Itapoã

DIREITO DA MULHER INCLUÍDO NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO DF

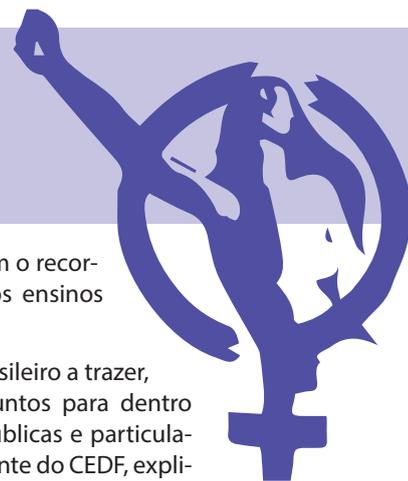
A decisão do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) de tornar obrigatório, nos ensinos fundamental e médio, o ensino de conteúdos que tratam dos direitos da mulher e outros temas com recorte de gênero foi comemorada pelo Coletivo de Mulheres do Sinpro. A coordenadora da Secretaria de Políticas para Mulheres, Eliceuda França, entende que a medida será fundamental para o esforço de construir políticas públicas que promovam uma educação livre de preconceitos, sexismo e machismo. "O espaço da escola é privilegiado para a formação de uma cultura de respeito entre homens e mulheres. Acredito que a longo prazo isso se refletirá inclusive na diminuição nos índices de violência de gênero" avalia ela.

A Resolução Normativa nº 1/2012, do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), inclui um capítulo que assegura como conteúdo obrigatório, nos ensinos fundamental e médio, os direitos da mulher e outros assuntos com recorte de gênero. De acordo com o documento, constituem conteúdos dos componentes curriculares obrigatórios da educação básica, entre outros pontos, os Direitos

da Mulher e outros assuntos com o recorte de gênero nos currículos dos ensinos fundamental e médio.

O DF é o primeiro Estado brasileiro a trazer, como item obrigatório, os assuntos para dentro das salas de aula das escolas públicas e particulares. Nilton Alves Ferreira, presidente do CEDF, explica que as questões de recorte de gênero e direito das mulheres serão abordadas de acordo com cada faixa etária, assim como acontece com as demais matérias do currículo escolar. "O aprendizado deve ser contínuo, dinâmico e didático, de acordo com a evolução de cada aluno. Assim, teremos condições de construir um novo modelo de sociedade, que valoriza a mulher em sua plenitude", explica o presidente.

No próximo jornal Sinpro Mulher, publicação semestral do Sindicato, iremos abordar as experiências já desenvolvidas pela entidade e por membros da categoria para tratar desse tema nas escolas, como forma de subsidiar a elaboração desses conteúdos.



APOSENTADOS(AS) COMEMORAM APRENDIZADO E TROCA DE EXPERIÊNCIAS

A Secretaria de Assuntos dos Aposentados do Sinpro tem desenvolvido um trabalho dinâmico e diversificado para professoras e professores que se aposentaram, mas continuam na luta por uma vida digna e melhores condições para toda a categoria. São festas, cursos, reuniões e debates que têm por objetivo a confraternização e a troca de experiência e conhecimento, mostrando que professoras e professores aposentados estão longe de estarem inativos.

No período de 2008 a 2012 a Secretaria abriu 87 turmas da I Fase e 27 turmas da II Fase do Curso de Informática, realizadas na sede do Sinpro e sub-sedes de Taguatinga, Planaltina e Gama, totalizando mais de 1.7 mil alunos e alunas formados(as) no período. Já o Curso de Formação Sindical formou, entre 2009 a 2012, 503 alunas e alunos em 11 turmas da I Fase, e 136 alunas(os) em três turmas da II Fase.

Além do sentimento de renovação constatado em cada professor(a), os cursos dão a possibilidade de todos(as) se engajarem na luta. “Apesar de todas as demandas da categoria, estamos realizando as atividades programadas pela Secretaria. Com isto vemos muitos professores que estavam em casa vol-

tando a atuar no Sinpro”, salienta a diretora Iracema Bandeira. “Quem participa das atividades desenvolvidas pelo Sinpro tem também o poder de sugerir propostas e ações que ajudem a construir uma vida melhor para toda a categoria de ativos e aposentados”, finaliza a coordenadora da Secretaria, a diretora Isabel Portuguez.



Festa de encerramento do curso de Inclusão Digital, na Chácara do Professor

ENCONTROS REGIONALIZADOS FORTALECEM A LUTA

Neste ano os encontros regionalizados, que começaram em agosto e acontecem até dezembro, têm facilitado o acesso de professoras e professores aposentados às atividades oferecidas pela Secretaria de Assuntos dos Aposentados do Sinpro. Com mais de 11 mil aposentadas(os) filiadas(os) ao Sindicato, os encontros também dão a oportunidade aos participantes de conhecerem melhor o dia a dia da luta, aumentando a força de companheiras e companheiros na militância.

Até agora já foram realizadas reuniões em Sobradinho, Brazlândia, Asa Norte, Lago Norte, Asa Sul, Lago Sul, São Sebastião, Paranoá, além de Guará I e II, levando alegria e descontração



Encontros regionais aproximam colegas de luta

a centenas de companheiras(os). Nas próximas reuniões professoras(es) aposentadas(os) receberão uma carta informando a data e o local dos próximos encontros.

Venha participar deste bons encontros e conquiste um espaço para falar e ser ouvido nas assembleias, reuniões específicas, cursos de informática, cursos de formação em Caldas Novas, seminários, congressos, confraternizações, entre outras atividades. Venha bater um papo conosco e se atualizar sobre pontos importantes das nossas lutas. Você irá gostar de rever antigos colegas e ao mesmo tempo tomar parte das mobilizações e das atividades do nosso dia a dia.

UMA NOVA LEI PARA UM NOVO TEMPO

Para expressar a liberdade

Uma nova lei para um novo tempo

A campanha Para Expressar a Liberdade – Uma nova lei para um novo tempo - é uma iniciativa do movimento social brasileiro que reivindica com urgência uma nova regulamentação para o setor das comunicações do país. Entidades da sociedade civil lançaram a campanha oficialmente no dia 27 de agosto, quando o Código Brasileiro de Telecomunicações completou 50 anos, declarando a necessidade de mudança no cenário de concentração e de ausência de pluralidade nos meios de comunicação.

O objetivo é mobilizar a sociedade para exigir a implementação de uma nova lei geral das comunicações e a instauração de um debate democrático para as políticas públicas do setor. A liberdade de expressão se garante quando todos têm as condições necessárias para se expressar

e de ter acesso aos serviços essenciais de comunicação. No entanto, a atual lei que regulamenta as comunicações está defasada e as políticas para o setor não acompanharam as mudanças da sociedade brasileira. São décadas de concentração, de negação da pluralidade. Anos de imposição de comportamentos, de padrões e valores de poucos grupos que não representam a diversidade do povo brasileiro.

Assim, em busca da democratização da comunicação no país, a campanha defende a implementação imediata de um novo marco regulatório das Comunicações para garantir o direito à comunicação e à liberdade de expressão a todos, reconhecendo e afirmando o caráter público de toda comunicação social.

Neste cenário, a campanha “Para Expressar a Liberdade – Uma nova lei para um novo tempo” chega para debater com os mais amplos segmentos da sociedade

os motivos pelos quais o Brasil tem urgência em ter uma nova lei para garantir o direito à comunicação. A campanha segue as diretrizes da I Conferência e suas primeiras articulações foram construídas coletivamente pela sociedade civil e lideranças nacionais no Seminário Desafios da Liberdade de Expressão, realizado em maio pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC.

A campanha já está nas redes sociais no site www.paraexpressaraliberdade.org.br, onde centenas de pessoas e entidades já se manifestaram em apoio ao movimento. O lançamento da campanha aconteceu em diversas cidades brasileiras, reunindo apoiadores em torno de debates e manifestações. Estão previstos eventos e atividades de mobilização para os próximos meses. O Sinpro apoia a iniciativa por entender que a democratização dos meios de comunicação é fundamental para conquistarmos mais igualdade no país.

Universidade Distrital Já!



No dia 25 de outubro os/as alunos/as secundaristas do Gama promoveram um ato em defesa da criação da Universidade Distrital do DF e de melhorias na educação. A UMES-GAMA-União Metropolitana dos estudantes Secundaristas do Gama convocou todas as escolas públicas para uma caminhada, que saiu do CEM 03 e do CED 06, no início do período matutino, em direção a Administração regional da cidade. É mais uma mobilização que no ano que vem ganhará ainda mais força, com muitos atos, atividades e manifestações.

A Campanha “Universidade Distrital Já!” foi lançada oficialmente no dia 6 de setembro pelo Sinpro em parceria com a CUT, o SAE e entidades estudantis (foto). O Distrito Federal é a única Unidade da Federação que não possui uma universidade e há procura crescente por vagas em cursos superiores.



PUBLICADO CALENDÁRIO ESCOLAR DE 2013

O Calendário Escolar do ano letivo de 2013 foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal do dia 31 de agosto. A rede pública de ensino terá três calendários distintos: um para as escolas de regime anual, outro para os Centros de Língua (CILs) e outro para a Educação de Jovens e Adultos (EJAs).

Nos meses de junho e julho, o Sinpro realizou reuniões com a Secretaria de Educação do DF para construção do Calendário Escolar de 2013. Após as primeiras reuniões, encaminhamos aos professores/as, via Quadro Negro de agosto, um modelo para ser avaliado, tendo em vista que a categoria seria provocada pela SEDF para defini-lo. No final do mês de agosto, o Sinpro voltou a se reunir com a Secretaria e

finalizou o processo de negociação do Calendário Escolar/2013 que tem o formato escolhido pela categoria.

Os/as professores/as deverão se apresentar no dia 6 de fevereiro e o ano letivo terá início oficial no dia 14 de fevereiro. Contudo, os dias 14 e 15 de fevereiro, assim como os dias 29 e 30 de julho, serão considerados como Dia de Planejamento Pedagógico da Comunidade Escolar. Nesses dias as escolas deverão ter um planejamento para discutir seu projeto político-pedagógico (PPP) com a participação de pais, mães e estudantes.

Isso significa que as aulas tradicionais começam em 18 de fevereiro para as escolas que se organizarem para discutir o seu PPP nesses dois primeiros dias letivos. Contudo, se a escola optar por não fazer a discussão com a comunidade escolar, nos dias 14 e 15 haverá aula normal. Sugerimos que as escolas se organizem com antecedência para aproveitar os momentos de debate com a comunidade, tanto no início do ano letivo quanto no retorno das aulas no segundo semestre.

Para o diretor de políticas educacionais do Sinpro, Cláudio Antunes, o Calendário Escolar de 2013 possibilita que a escola crie momentos com a comunidade escolar para debater a gestão democrática e o seu projeto político-pedagógico. **“Portanto o calendário expressa o desejo da categoria de discutir com a comunidade as questões pedagógicas”**, disse o diretor. O Calendário está disponível no site do Sinpro (<http://www.sinprodf.org.br>).

Calendário Escolar 2013 - Regime Anual
A visão das(os) trabalhadoras(es)

Este documento contém 12 calendários mensais (Janeiro a Dezembro) e uma tabela de feriados e recessos. Cada calendário indica os dias letivos em verde e os dias de planejamento pedagógico em amarelo. A tabela de feriados e recessos detalha as datas e os tipos de interrupções durante o ano letivo.

CONVENÇÕES	DIAS LETIVOS	FERIADOS	RECESSOS
Férias coletivas	Fevereiro 11	01/01 Dia Mundial da Paz	02/01 a 04/01 Recesso dos professores e estudantes
Aperfeiçoamento dos professores	Março 19	12/02 Cultural	13/02 Recesso escolar
Quinta do ano letivo	Abril 22	29/03 Páscoa	30/03 Clássico
Treinamento dos professores	Mai 20	21/04 Tradições Ancestrais de Brasília	28/04 Quinta-feira Santa
Seminário de Educação para a Vida - Lei nº 11.089/2009	Junho 20	01/05 Dia do Trabalhador	31/05 Recesso escolar
Recesso	Julho 08	30/05 Corpus Christi	11/07 a 23/07 Recesso escolar para professores e estudantes
Treinamento do 1º semestre letivo	Agosto 01	01/06 Independência do Brasil	14/10 Recesso escolar
Julho do 2º semestre letivo	Agosto 08	12/10 Nossa Senhora Aparecida	28/10 Recesso escolar - natal
Dia de conscientização sobre o Lei nº 10.030, de 9 de janeiro de 2010	Agosto 22	15/10 Dia do professor	
Recesso coletivo para alunos e professores	Setembro 21	02/11 Feriados	1º Bimestre: 14/02 a 28/04
Seminário pedagógico	Outubro 20	15/11 Proclamação da República	2º Bimestre: 29/04 a 10/07
Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência - Lei nº 11.126/2005	Novembro 20	30/11 Dia do Evangelista	3º Bimestre: 29/07 a 09/10
Avaliação final de 2013	Dezembro 14	25/12 Natal	4º Bimestre: 07/10 a 19/12

Expediente

Sinpro-DF(sede): SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF
Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207
Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1.
Telefax: 3562-4856 e 3562-2780
Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.
Telefax: 3556-9105
Subsede em Planaltina: Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.
Telefax: 3388-5144
Site: www.sinprodf.org.br
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br
Secretaria de Imprensa: Cleber Ribeiro Soares, Cláudia de Oliveira Bullos e Rosilene Correa (Coordenadora)
Assessoria de Imprensa: Eliane Araújo
Jornalistas: Júnia Lara, Luis Ricardo Machado e Arlete Martinez
Revisão: José Antônio de Oliveira
Fotografias: Valéria Carvalho, Deva Garcia e Giba
Diagramação e capa: Oberdan A. Rodrigues / Eduardo Gustavo Antero
Impressão: Palavra Comunicação
Tiragem: 36.000 exemplares
Distribuição gratuita. Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

DIRETORIA COLEGIADA DO SINPRO-DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

Carlos Cirane - Coordenador
Evandro Borges de Deus
Nilza Cristina G. dos Santos

SECRETARIA DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS

Francisco Raimundo (Chicão)
Isabel Portuquês de S. Felipe - Coordenadora
Iracema Bandeira da Silva

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS

Carlos Edmundo Arnt
Francisco Joaquim Alves
Rodrigo Rodrigues C. e Lima - Coordenador

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS E SÓCIOECONÔMICOS

Dimas Rocha - Coordenador
Washington Luis D. Gomes
Wijairo José da C. Mendonça

SECRETARIA DE ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA MULHERES EDUCADORAS

Eliceuda Silva Franca - Coordenadora
Neliane Maria da Cunha
Thais Romanelli Leite

SECRETARIA DE FINANÇAS

Enóquio Sousa Rocha
Márcia Bernardete D. da Silva
Sebastião Honório dos Reis - Coordenador

SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL

Hamilton da Silva Caiana
Ilson Veloso Bernardo - Coordenador
Marco Aurélio G. Rodrigues

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Cláudia Bullos
Cleber Ribeiro Soares
Rosilene Corrêa - Coordenadora

SECRETARIA DE RAÇA E SEXUALIDADE

Maria de Fátima (Fatinha)
Elaine Amâncio Ribeiro
Wiviane Farkas - Coordenadora

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Cássio de Oliveira Campos
Gilza Lúcia Camilo Ricardo
Márcia José Correia Muniz - Coordenadora

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA

Luiz Alberto Gomes Miguel
Márcia Augusta Ribeiro - Coordenadora
Vanuza Sales

SECRETARIA DE POLÍTICA EDUCACIONAL

Berenice D'arc Jacinto - Coordenadora
Cláudio Antunes
Julio Barros

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Fernando Reis - Coordenador
Iolanda Rodrigues Rocha
Magneete Barbosa Guimarães

CONSELHO FISCAL

Eliete Alves Chagas
Jucimeire Barbosa da Silva
Luciana Rodrigues de Almeida
Pedro de Oliveira Junior
Selassie das Virgens Junior

FESTA DO/A PROFESSOR/A COM A CARA DA CATEGORIA

Vestida de verde rosa, as cores de sua Mangueira, a cantora Leci Brandão fez professores/as caírem no samba na Festa do Professor, realizada no dia 27 de outubro. Engajada, militante, ela foi acompanhada em coro quando cantou a música Anjos da Guarda, uma homenagem aos/às educadores/as.

Leci contou que fez a música em 1985, após assistir a uma reportagem sobre uma manifestação dos professores em que os policiais agrediam a categoria. "Fiquei bem indignada quando vi um policial chutando, chutando mesmo um professor. Assim que terminou a reportagem eu fiz a música, de uma sentada só. E hoje me sinto honrada em ver que houve essa empatia entre o meu trabalho artístico e a luta de classes", explicou ela.

Com um DVD concluído, mas ainda sem gravadora, Leci lamenta que a mídia prefira a banalidade. "Eles querem as coisas descartáveis, sem nenhum significado político ou social", afirma. Seu CD e DVD já tem nome: é Cidadã da Diversidade e segundo ela tem samba, toada, hip hop, rap, soul e até rock, por isso o nome que lembra a multiplicidade de ritmos.

Durante o show ela enalteceu o trabalho sindical. "É através da luta sindical que vêm as conquistas. Sem a organização sindical seria bem mais difícil reivindicar e lutar por nossos direitos", entendeu ela.

Ela, que é deputada estadual em São Paulo, disse que é membro da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa e que também está apoiando a luta por mais recursos para a Educação. "A sociedade está pedindo isso, porque cada vez fica mais claro que a base, a estrutura do desenvolvimento de um povo é a educação", afirmou.

Foi com muita animação que professores e professoras presentes sambaram com ela e depois dançaram o melhor do pop e rock com a banda Satisfaction. A entrada com carterinha fez com que festa ficasse a "cara" da categoria, um verdadeiro conagraçamento entre amigos/as e companheiros/as de luta e trabalho. E no ano que vem tem mais!



Não quero ser apenas cinquenta por cento da população.

Sou cem.

Quero os meus direitos justificados.

Tu que te achas a outra metade me exclui.

Detesto exclusão, por isso, Luto!

Por não gostares do que faço, afasta-te

A ponto de tua miopia ignorar a voz dos nossos antepassados.

Se os ouvissem,

Sentirias que há um líquido rubro a escorrer no dorso de cada pele negra.

Esse sangue é o mesmo que conduz os nutrientes de nosso organismo.

Ele é justo: de tudo que recebe leva a cada órgão a quantidade disponível ao desenvolvimento corpóreo.

Porém, nem sempre recebi a quantidade necessária

A labuta me fez resistente e ninguém ousa questionar minha velocidade.

Não te assustes!

Só quero estar paralelo a ti, na linha de partida. Compreendas: a cumplicidade do sangue está para o corpo

Como a justeza das cotas está para a sociedade.

Chico do Gama